

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.703 - RJ (2020/0257614-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES**  
**AGRAVADO : RICARDO DA SILVA ALVES**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL  
PENHORA ON LINE SISTEMA BACENJUD VALORES  
RESIDUAIS RENOVAÇÃO DA DILIGÊNCIA  
INDEFERIMENTO DECISÃO MANTIDA.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à omissão apontada, relativa à insuficiência do valor de conversão em renda, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O valor atualizado para realização do BACENJUD em 18/07/2016 (evento 52), era o mesmo valor histórico do débito executado da data do ajuizamento da execução fiscal em 02/06/2011, qual seja R\$2.724,82 (evento 1), logo, foi bloqueado valor inferior ao devido.

Por sua vez, sequer houve intimação da autarquia antes da realização do bloqueio para informar o valor atualizado.

Ademais, importante ressaltar que, não obstante o bloqueio da quantia já desatualizada ter ocorrido em julho de 2016, somente em abril de 2017 o valor bloqueado foi depositado na CEF (evento 63), restando, mais uma vez, sem qualquer correção a quantia entre julho de 2016 e abril de 2017.

Por esta razão, devido ao transcurso de lapso temporal desde a medida BACENJUD com o valor histórico do crédito executado de junho de 2011 até o depósito judicial efetuado em abril de 2017, restou saldo remanescente após a conversão em renda do valor depositado. Logo, não houve quitação do crédito executado diante da insuficiência da quantia convertida em renda, face a ausência de atualização do valor executado até a data do bloqueio, bem como a demora para a concretização do depósito judicial.

Por outro lado, há provas nos autos que o agravado, ora recorrido, possui conta ativa e com movimentação financeira, tanto assim que foi bloqueado via BACENJUD o valor executado em junho de 2011, quando do ajuizamento da ação.

Contudo, após a conversão ocorrida em julho de 2018, restou uma diferença relativa à ausência da atualização monetária durante o período acima mencionado (fls. 80/81).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso, o v. acórdão embargado apreciou a questão. Confira-se a ementa, já suficiente (evento 19):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON LINE. SISTEMA BACENJUD. VALORES RESIDUAIS. RENOVAÇÃO DA DILIGÊNCIA. INDEFERIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

Correta a decisão que, em sede de execução fiscal, indefere novo pedido de bloqueio dos ativos financeiros do executado, através do sistema BACENJUD. O bloqueio online inicialmente requerido pela exequente resultou na constrição da integralidade do montante atualizado que constava dos autos. Cabe à parte exequente manter os valores de execução devidamente atualizados, para fins de efetivação dos meios executórios.

Entendimento diverso seria tornar o Juízo mero operador do sistema BACENJUD, com pouco tempo para os demais afazeres judicantes. Deve-se aguardar; agora, definição em torno do resíduo, para eventuais novas providências. Agravo de instrumento desprovido." (fl. 69).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios

# *Superior Tribunal de Justiça*

para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente